

19 de novembro de 2011

## **Rigor, mas também crescimento**

### ***Declaração do Comité europeu de orientação do think tank Notre Europe***

A crise da dívida que atinge a maioria dos países ocidentais coloca a União europeia (UE) e os seus Estados membros perante um grande dilema: os Estados devem, por um lado, implementar programas de ajustamento orçamental e de reformas estruturais e, por outro lado, preservar as suas perspetivas de crescimento de modo a oferecer um horizonte de esperança aos seus cidadãos.

« Aos Estados a austeridade, à Europa o crescimento »: esta fórmula de Tommaso Padoa-Schioppa<sup>1</sup> não oculta a necessidade de enfrentar este dilema ao nível nacional implementando reformas profundas, integrando objectivos de redução das desigualdades, e assim de promoção de um crescimento sustentável. A fórmula insiste contudo no valor acrescentado das intervenções da UE, que devem constituir uma prioridade, por razões económicas, sociais e políticas.

As regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento devem naturalmente ser respeitadas, actualmente como no passado, seja por respeito pelas gerações futuras como para não colocar a sua soberania nas mãos dos credores privados. Mas a UE não pode ser unicamente vista como uma Comunidade que constringe, por meios jurídicos ou políticos, os Estados membros a lutarem contra os seus défices públicos. A UE deve também, em complemento do papel essencial que cada Estado membro deve desempenhar, contribuir para responder aos desafios do desemprego - que ultrapassou a barreira dos 10% ao nível europeu - e da desaceleração global da actividade económica. A UE deve também aparecer, para além da zona euro, como uma fonte de crescimento: ela está particularmente bem colocada para agir neste domínio, sobretudo tendo em consideração as decisões cruciais que deverá tomar em 2012.

A UE deve assim completar o aprofundamento do mercado único, 20 anos após o objetivo mobilizador de « 1992 », de modo a tirar partido de um potencial de crescimento e de criação de empregos ainda sub-explorado. Como sublinhou o relatório de Mario Monti em 2010, há ainda muito a fazer, nomeadamente em matéria de serviços, de economia digital e de mercados públicos. E é certamente possível fazê-lo de uma forma equilibrada, atribuindo a devida importância aos objectivos sociais e ambientais. No seu Acto para o mercado único, a Comissão europeia estimou que é possível alcançar um acréscimo de crescimento potencial de pelo menos 4% do PIB ao longo dos próximos 10 anos. Para tal, a Comissão insiste na necessidade de acelerar o ritmo: cabe agora aos Estados membros e ao Parlamento europeu estarem à altura deste primeiro desafio.

---

<sup>1</sup> Antigo Ministro da economia italiano, antigo Membro do Directório do Banco Central Europeu, Presidente do Think Tank Notre Europe de junho de 2005 até dezembro de 2010.

A UE deve também tirar partido da adoção no próximo ano do seu novo quadro financeiro plurianual, uma vez que o orçamento comunitário, embora sendo em primeiro lugar um instrumento de solidariedade, é também uma ferramenta para estimular o crescimento. O orçamento da UE deve assim contribuir de uma forma acrescida ao desenvolvimento de programas europeus de investigação assim como ao aprofundamento do mercado único, nomeadamente através do financiamento de infraestruturas de interesse comum no domínio dos transportes, da energia e das telecomunicações. Neste âmbito, é fundamental que os 50 mil milhões de euros propostos pela Comissão para o período 2014-2020 sejam aprovados em 2012 e que sejam de seguida investidos em parceria com financiamentos privados, de modo a reforçar o efeito multiplicador do orçamento da UE. É também essencial que, após ter acordado uma utilização mais flexível e antecipada dos fundos estruturais destinados aos países em dificuldade, a UE mobilise imediatamente uma quantia equivalente que esteja ao serviço das infraestruturas de interesse comum. Este gesto excecional permitiria reequilibrar o efeito depressivo das medidas de saneamento orçamental em curso.

Em complemento destas intervenções orçamentais, é por fim necessário que a UE, e mais especificamente o Banco Europeu de Investimento (BEI), se comprometa com a emissão de obrigações dedicadas ao financiamento de despesas de futuro, principalmente em matéria de infraestruturas e ambiente. A emissão destas obrigações europeias pode de facto responder às grandes necessidades de investimento identificadas na Europa, uma vez que estas despesas estão prestes a serem sacrificadas em vários Estados membros. O BEI tem uma posição privilegiada para emitir tais obrigações. De forma a permitir um aumento da sua capacidade de financiamento anual para 200 mil milhões de euros (contra cerca de 80 actualmente), os Estados membros deveriam reforçar o seu capital e as garantias que lhe acordam.

Mercado único, orçamento comunitário, obrigações europeias : a mobilização conjunta destas três ferramentas permitirá gerar um acréscimo de actividade quase imediato assim como importantes benefícios em termos de crescimento endógeno a médio prazo. Este “pacote para o crescimento” é mais do que nunca indispensável para, por um lado, conter as incidências económicas e sociais fortemente negativas que induziria o prolongamento da falta de acção europeia e, por outro lado, para reforçar a legitimidade da UE perante os seus Estados membros e cidadãos.